



A ESCRITA NO CÁRCERE: UMA POSSIBILIDADE DE AUTORIA PARA ALÉM DO DELITO

Jane Cleid Hir¹; Sonia Maria Chaves Haracemiv²

¹ Professora especialista em Educação de jovens e Adultos - CEEBJA Dr Mario Faraco com atuação na alfabetização de alunos privados de liberdade. Mestranda em Educação – Mestrado Profissional em Teoria e Prática de Ensino. – UFPR. E-mail:janeclidean@gmail.com

² Professora PhD, do Setor de Educação - Departamento de Teoria e Prática de Ensino – UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado profissional em Teoria e Prática de Ensino; Prof^a do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE, na Linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Vozes do Cárcere” E-mail: sharacemiv@ufpr.br

EIXO 2 - SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: IDENTIDADE E DIVERSIDADE

RESUMO

O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência de ensino da escrita na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Fase I no espaço prisional, apresentando as reflexões teórico-práticas que subsidiaram os encaminhamentos pedagógicos deste ensino, de forma discutir em que medida essa prática de alfabetização pode contribuir para a ressocialização do apenado, constituindo-se, desta forma, em instrumento de validação da identidade e desvelamento de outra autoria para além do delito. Sendo assim, buscar-se-á identificar os limites e possibilidades do trabalho pedagógico no espaço prisional, caracterizar o papel da mediação docente no processo da escrita e relacionar o desenvolvimento da autoria com a apropriação do código escrito na perspectiva de uma educação dialógica que busca a emancipação do sujeito, constituindo-se em instrumento de resgate da humanidade com vistas à reinserção social como direito do sujeito apenado e dever da instituição prisional. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está historicamente inserida em um campo de luta pelo direito à educação para todos e marcada em sua constituição pelo desafio de dialogar com os múltiplos saberes e diversos processos de aprendizagem inerentes aos seus sujeitos. Sendo esses Sujeitos “capazes de pensar a si mesmos, capazes de intervir, de transformar, de falar do que fazem, mas também do que sonham, do que constata, avaliam, que decidem e que rompem com o estabelecido” (FREIRE, 1997, p.10). Da população de jovens e adultos não escolarizados, ou precariamente escolarizados, que compõem a demanda educacional da EJA, destaca-se o grupo ainda mais específico e vulnerável devido à complexidade do espaço em que se encontram: os sujeitos em privação de liberdade. O Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná (2012) apresenta um mapeamento da faixa etária e da escolaridade dos sujeitos apenados no Estado, que são extremamente jovens, sendo que 51,33% encontram-se na faixa de 18 a 34 anos e com baixíssimo nível de escolaridade, pois 62% não possuem o Ensino Fundamental completo, dados do INFOPEN de abril/2012 (PARANÁ, 2012). A partir desses dados, pode-se inferir a necessidade de uma reflexão cuidadosa sobre a urgência do planejamento das Políticas Públicas no Sistema Penal do Paraná, bem como da implementação de uma proposta pedagógica que contribua na construção da autonomia pessoal do apenado, considerando, principalmente, o fato de ser essa população muito jovem, o que indica que após o cumprimento da pena há uma expectativa de tempo de vida significativa para sua reinserção social ou para sua



reincidência no crime. Nessa perspectiva, o ensino da escrita precisa ir muito além da aquisição do código escrito e ser considerado como instrumento de inserção do sujeito na sociedade letrada, conferindo-lhe uma possibilidade maior de ser visto, ouvido e, conseqüentemente, com condições plenas de tomar decisões nos rumos de sua vida e de seus familiares. De acordo com FREIRE (1987, p.18), “os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado, o de escrever a sua vida, o de ler a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos”. Na sociedade atual, ler e escrever significa participar de espaços organizados pela palavra escrita de forma autônoma, significa ter acesso a um mundo de informações, sem as quais o indivíduo vive em estado de interdição, ou seja, não participa das práticas sociais que circulam. Não ler e não escrever na prisão significa estar duplamente interdito. Trabalhar a escrita numa concepção emancipatória no espaço prisional significa travar um embate ideológico constante e desigual, na medida em que este espaço é marcado pela sujeição e assujeitamento. É preciso cotidianamente conciliar normas de segurança, que a rigor se embasam no silenciamento e na aceitação tácita, com o desenvolvimento do pensamento crítico. É preciso atentar para os acordos, identificar as relações de poder que se estabelecem dentro do grupo, na própria sala de aula e distribuir espaços de fala com cuidado. Nessa delicada trama, delinea-se, então, o grande conflito: Como autorizar estes sujeitos subjugados a dizer a sua palavra? Mesmo trazendo na bagagem acadêmica e profissional a própria experiência como aluna de EJA no Ensino Fundamental, e a atuação como alfabetizadora, procuraram-se desde o início trabalhar de forma significativa, aprendendo a refletir sobre a própria prática e a buscando suporte teórico que auxiliasse a compreender e mediar os processos da leitura e os desafios da diversidade desta modalidade de ensino. Ancoradas na concepção de educação defendida no Plano Estadual de Educação Prisional do Paraná como “instrumento de resgate da dignidade humana” busca-se orientar as práticas de alfabetização. Este relato de experiência é um recorte da prática pedagógica desenvolvida na Penitenciária Central Feminina – PCEF do CEEBJA Dr Mário Faraco – Piraquara, no ano de 2014. Eram 15 mulheres com idades variadas que na maioria não sabiam ler, mas era preciso saber aprender muito com elas, como quem abre um livro que não leu, para mediar o contato da leitura e a escrita de modo a acrescentar às suas vidas, além da alfabetização, uma vivência humana, frente às faces tristes, amargas, duras, mas também apaixonadas, saudosas, humilhadas. A primeira atividade desenvolvida foi a solicitação de que cada uma fizesse uma dobradura em forma de barquinho, dentro deveriam colocar as lembranças de suas vidas. Algumas pediram que a professora escrevesse suas falas, criando um clima de confiança. Em todas as falas e frases da dinâmica a palavra *família*, se fez presente, tornando-se a palavra geradora do trabalho pedagógico. Esse processo de escrita, Geraldí (1991, p. 160) enfatiza que “a devolução da palavra ao aluno faz deste o condutor do seu processo de aprendizagem, assumindo-se como tal”. O autor salienta a importância das condições de produção “o que dizer”, “para quê” e “para quem dizer” como base do trabalho pedagógico com a escrita e, desta forma, estabelece pressupostos para uma mediação dialógica no ensino e aprendizagem da escrita considerando a perspectiva do sujeito que se colocando no texto se emancipa. Segundo Bakhtin (2003, p. 308), “todo texto tem um sujeito, um autor (o falante ou quem escreve)”. Assim, o ato de escrever é um ato de autoria visto que é exigido daquele que escreve uma tomada de decisões sobre o que e como dizer. Com essa atividade foi possível fazer um diagnóstico dos níveis de leitura e escrita do grupo, respeitando o nível e, ao mesmo tempo, ajudá-las a avançar rumo ao domínio da leitura e da escrita. A partir disso surgem outras questões



que precisam ser discutidas, principalmente num espaço acadêmico com outros pares cujo tema é de interesse de muitos, buscando desvelar: Como trabalhar a identidade do educando sem adentrar por suas trajetórias marcadas pelo delito? Como mediar o processo de apropriação da “sua palavra” sem fomentar revolta? O que estes sujeitos sabem, podem e querem dizer? Como conciliar, nesse contexto, a aquisição do código e a validação da autoria? Nesse sentido, a mediação docente vem sendo orientada pela percepção do momento adequado para acolher ou confrontar, aceitar ou questionar. A Educação de Jovens e Adultos do sistema prisional apresenta uma realidade muito complexa e contraditória, na medida em que este espaço é marcado pela sujeição e assujeitamento. Para trabalhar na perspectiva de uma educação emancipatória neste contexto, é necessário conciliar normas de segurança, discursos contraditórios e o próprio caráter de desindividualização inerente ao sistema prisional com a vivência de outra autoria para além do delito cometido. Ou seja, é preciso fazer da ação pedagógica um espaço de “reconciliação com o ato de aprender” (MAYER, 2006, p. 28). Para assumir a sua condição de sujeito, homens e mulheres precisam aprender a dizer a sua palavra. Dizer a sua palavra é assumir conscientemente a sua condição humana (FREIRE, 1987, p.13) e de acordo com Klein (2003), é fundamental conciliar a aquisição do código escrito com a compreensão e o uso da língua em práticas sociais.

Palavras-chave: Espaço Prisional. Autoria. Mediação Docente.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, Paulo **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KLEIN, Ligia Regina **Alfabetização de Jovens e Adultos: questões e propostas para a prática pedagógica na perspectiva histórica**. Brasília: Universa, 2003.

MAYER, Marc de. **Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? Revista de Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização e cidadania**. Brasília, nº 19, 2006.

PARANÁ. **Plano Estadual de Educação no Sistema prisional do Paraná**. SEED/SEJU, Curitiba, 2012. Disponível em:

<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/planoedu.pdf> Acesso em: 09/10/2015.